

## **O CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO (1956-1961).**

Márcia dos Santos Ferreira (FEUSP)

O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo foi inaugurado em junho de 1956 com o objetivo de contribuir para a elaboração de uma política educacional para o país. Entretanto, ele não era uma instituição isolada. O Centro Regional paulista fazia parte de um projeto mais amplo – idealizado por Anísio Teixeira – que envolvia a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e de outros quatro Centros Regionais, todos vinculados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

O objetivo deste trabalho é apresentar um quadro descritivo das atividades desenvolvidas no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP) durante o período em que foi dirigido por Fernando de Azevedo, de 1956 a 1961. Nestes cinco primeiros anos de existência, o Centro foi instalado, teve seu plano de organização definido, desenvolveu as primeiras pesquisas e cursos. O CRPE/SP foi o primeiro Centro Regional a ser inaugurado, estabelecendo-se através de um convênio firmado entre o INEP e a Reitoria da Universidade de São Paulo. Por estar vinculado à USP, o Centro contou com a colaboração de vários intelectuais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela Universidade, tornando-se um espaço propício ao debate e às investigações no campo educacional.

### 1. A idealização e a institucionalização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP).

O Decreto n.º 38.460, de 28 de dezembro de 1955, instituiu o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, com sede no Rio de Janeiro, e os Centros Regionais de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. A posse de Fernando de Azevedo como Diretor do Centro Regional paulista aconteceu em 12 de junho de 1956, marcando o início da estruturação deste Centro Regional que atenderia aos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Essas datas, entretanto, referem-se ao momento de concretização de um complexo processo de criação do CBPE e dos Centros Regionais que começou no início da década de 50. Florestan Fernandes (1966) divide esse processo de criação em duas fases: a primeira inicia-se em 04 de julho de 1952 e termina em 1954; e, a segunda acontece a partir de 1955.

Em 04 de julho de 1952, Anísio Teixeira tomou posse como diretor do INEP. Em seu discurso, ele defendeu a idéia de que o INEP deveria fornecer ao Ministério da Educação e Cultura a base de estudos e pesquisas necessária à reconstrução educacional brasileira:

*“O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência em relação à expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino.”*(Teixeira, 1952, p.76)

Aproveitando a visita do Diretor do Departamento de Educação da UNESCO, William Beatty, em setembro de 1952, Anísio Teixeira fez a proposta de realização de um grande *survey* sobre a situação educacional do país, feito por especialistas brasileiros e da UNESCO, que colaborasse para o planejamento educacional no Brasil. Essa idéia foi evoluindo para a criação de uma instituição permanente, que recebeu o nome provisório de “Centro de Altos Estudos Educacionais” e teve os objetivos formulados por Anísio Teixeira em janeiro de 1954.

Em 1955, inicia-se a segunda fase de criação do Centro, com a elaboração de seus planos de organização. Em abril deste ano, Otto Klineberg (UNESCO) esteve no Rio de Janeiro e propôs um esquema dos objetivos e organização do Centro. Ele também sugeriu que se mudasse no nome da instituição de Centro de Altos Estudos Educacionais para Centro de Pesquisas Educacionais. O documento elaborado por Otto Klineberg ficou conhecido por sugerir, como objetivos do Centro, a realização de um “mapa cultural” e um “mapa educacional” brasileiros. O “mapa cultural” seria composto pelo “conhecimento completo da cultura brasileira contemporânea, no seu sentido mais amplo, incluindo a vida de família e criação de filhos; atividades econômicas e sociais, o uso do tempo de lazer, atitudes psicológicas, objetivos e ideais, com a devida atenção à herança religiosa e ética do povo” (Klineberg, 1955, p.119). O “mapa educacional” deveria apresentar um “quadro completo e satisfatório do estado atual da educação brasileira, em todos os níveis e em todas as regiões” (Klineberg, 1955, p.120). Esses mapas seriam interdependentes e deveriam ser usados em conjunto para que se fizessem as modificações necessárias na estrutura educacional, a fim de adaptá-la às necessidades culturais de cada região.

A partir de junho de 1955, Charles Wagley (Columbia University) e João Roberto Moreira começaram a criação prática do CBPE: instalação da sede, planejamento das primeiras pesquisas e recrutamento dos primeiros cientistas.

Ao mesmo tempo, em São Paulo, também estavam em curso os preparativos do que viria a ser o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo. Em 19 de julho de 1955, foi assinado um acordo entre o MEC, o INEP e a Reitoria da Universidade de São Paulo no qual o INEP entregava à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras um prédio onde deveria funcionar o “Centro Regional de Aperfeiçoamento do Magistério”. Os objetivos gerais deste Centro eram aqueles elaborados por Anísio Teixeira e apresentados à UNESCO, em 1954. Niuvenius Paoli (1995, p.53) aponta a “interessante relação entre a concepção do projeto do Centro e a sua execução, no sentido de não se aguardar que o projeto e sua formalização estivessem totalmente prontos para então se tomar providências para a sua realização”, ou seja, apesar de se fazer um acordo para o funcionamento do Centro Regional de Aperfeiçoamento do Magistério, tratava-se do que viria a ser o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo.

Em 18 de agosto de 1955, Anísio Teixeira e um grupo de cientistas sociais e educadores reuniram-se no Rio de Janeiro para discutir o plano de trabalho de João Roberto Moreira e Charles Wagley e as propostas de Otto Klineberg, além de definir os objetivos e a organização do CBPE e dos Centros Regionais, especialmente o de São Paulo.

Nessa reunião, Florestan Fernandes fez uma exposição crítica a respeito dos documentos discutidos, destacando a necessidade de impedir que o CBPE se tornasse um “instituto acadêmico de estudos, por ventura útil às ambições científicas de especialistas estrangeiros interessados em realizar pesquisas de psicologia, sociologia ou pedagogia no Brasil” (Fernandes, 1966, p.566). De forma geral, o autor destacou a necessidade de se estabelecer no CBPE e nos Centros Regionais a cooperação entre educadores e cientistas sociais; entre especialistas do Rio de Janeiro e de São Paulo; entre estrangeiros e brasileiros; e, a utilização dos programas de atividades do INEP, no CBPE e nos Centros Regionais, de forma orgânica.

O trecho inicial do Decreto n.º 38.460, que criou o CBPE e os Centros Regionais, estabelece que estes Centros deveriam “dotar o INEP de meios adequados à pesquisa educacional em toda a extensão do território brasileiro, para o melhor

cumprimento de seus objetivos fundamentais de estudo e aperfeiçoamento do magistério brasileiro, primário e normal”(Centro, 1956. p. 151). Seus objetivos eram:

*“I – pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;*

*II – elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país – em cada região – nos níveis primário, médio, e superior e no setor de educação de adultos;*

*III – elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;*

*IV – treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escolas normais e primárias”.* (Art. 2.º do Decreto n.º 38.460, grifos meus)

O organograma básico do CBPE era o seguinte (com possibilidade alterações para casos regionais):



## 2. A organização administrativa do CRPE/SP.

O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP) foi o primeiro Centro Regional a ser criado, em 22 de maio de 1956, através de um convênio firmado entre o MEC, o INEP e a Reitoria da USP. O INEP garantia a verba para a manutenção do Centro e a Universidade assumia o compromisso de sua direção.

Anísio Teixeira convidou Fernando de Azevedo para dirigir o CRPE/SP depois que Antônio Cândido e Florestan Fernandes recusaram o convite (Fernandes, 1991, p.36). Fernando de Azevedo era membro do Departamento de Sociologia e

Antropologia da FFCL/USP, além de figura de grande destaque político, por ser um dos fundadores da USP, da Faculdade de Filosofia e Secretário da Educação em várias oportunidades. Mesmo não aceitando o convite para a direção do Centro, Florestan Fernandes e Antônio Cândido participaram do seu primeiro Conselho de Administração.

O Conselho de Administração assistia ao Diretor Geral e era composto por seis professores com mandato de três anos: dois eleitos pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL/USP (Egon Schaden e Florestan Fernandes); dois eleitos pelo Departamento de Pedagogia (José Querino Ribeiro e Laerte Ramos de Carvalho); e, dois de livre escolha do Diretor do Centro (Antônio Cândido de Mello e Souza e Milton da Silva Rodrigues). Milton da Silva Rodrigues foi eleito como vice-presidente para suprir eventuais ausências do Diretor Geral.

Inicialmente foram organizados os serviços administrativos indispensáveis e as duas divisões de pesquisas, a Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE), dirigida por Joel Martins, e a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS), com Renato Jardim Moreira.

A partir da necessidade de organização dos Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina, realizados em parceria com a UNESCO, a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) foi criada. Em 1957, Joel Martins passou a ser o diretor da DAM e Dante Moreira Leite foi contratado para a direção da DEPE. Com a criação da DAM, começaram a ser organizados o Serviço de Recursos Audiovisuais e a Escola Experimental (com Jorge Nagle). A Seção de Publicações, responsável pela revista *Pesquisa e Planejamento*, era chefiada por Eugênio César Bertoncini.

Em agosto de 1959, expirou o mandato dos membros do Conselho de Administração. O novo Conselho, constituído para o triênio 1959-1962, era formado por Egon Schaden e Ruy Galvão de Andrada Coelho (eleitos pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL/USP), Laerte Ramos de Carvalho e José Querino Ribeiro (Seção de Pedagogia), Milton da Silva Rodrigues e Eurípedes Simões de Paula (FFCL/USP, escolhidos pelo diretor do Centro).

Em outubro de 1959, Joel Martins afastou-se do cargo de Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, sendo substituído por Heládio César Gonçalves Antunha. Em maio de 1960, Renato Jardim Moreira saiu do Centro e da direção da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais. Esse cargo seria assumido por Haydée Maria

Roveratti. Dante Moreira Leite também afastou-se do Centro e Maria do Carmo Guedes passou a responder pela Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais. Em 1961, o Serviço de Estatística foi criado e as Classes Experimentais e o Serviço de Recursos Audiovisuais desligaram-se da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, ganhando maior autonomia.

Na primeira reunião do Conselho de Administração de 1961, realizada no dia 4 de fevereiro, Fernando de Azevedo fez a comunicação do seu pedido de demissão que somente foi aceito em 22 de maio, quando Milton da Silva Rodrigues assumiu o cargo de Diretor Substituto.

Em 13 de outubro de 1961, o professor da Seção de Pedagogia da FFCL da USP, Laerte Ramos de Carvalho, tomou posse como Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, iniciando um novo período administrativo.

### 3. Principais atividades do período de 1956 a 1961.

*“A minha idéia de ‘pesquisa educacional’, além de compreender tudo que é realmente pesquisa, incluiria algo de mais geral, que devia transmitir a todo o sistema escolar, da classe à sala do diretor, a idéia de que todo esse imenso aparelho é um aparelho de coleta e registro de fatos; que tais fatos constituem a matéria-prima para a pesquisa; e que, portanto, se forem melhoradas as formas de registro dos fatos e os mesmos se fizerem cumulativos – na escola e na classe se encontrará sempre um material abundantíssimo para o estudo dos alunos, dos métodos e do conteúdo do ensino”.*(Teixeira, 1956)

Esta definição de pesquisa educacional, apresentada por Anísio Teixeira a Fernando de Azevedo, em 1956, quando os objetivos do Centro Regional paulista estavam sendo discutidos, possibilita uma melhor compreensão do papel que as pesquisas e cursos deveriam desempenhar no conjunto das atividades deste Centro. Para Anísio Teixeira, pesquisas e cursos se integrariam, uma vez que os professores e diretores de escola, além de fornecer dados aos pesquisadores do Centro, também colaborariam na reflexão sobre esses dados e sobre os problemas que eles acarretam, através de sua participação nos Cursos. Assim, professores e diretores passariam a fazer parte do “grande corpo de pesquisadores educacionais em que se deve transformar toda a profissão do magistério”(Teixeira, 1956).

#### 3.1. Os cursos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>As informações a respeito dos cursos e pesquisas apresentadas a seguir foram obtidas através da consulta aos Relatórios Anuais de Atividades do CRPE/SP, à revista *Pesquisa e Planejamento* (boletim do CRPE/SP) e à revista *Educação e Ciências Sociais* (boletim do CBPE), referentes ao período estudado.

Os cursos realizados no CRPE/SP, de 1956 a 1961, estavam sob responsabilidade de Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) e destinavam-se aos professores, diretores de escolas, delegados de ensino e inspetores escolares ligados ao Ensino Primário.

O objetivo mais geral desses cursos era tornar os educadores aptos a desempenhar seu papel no processo de renovação educacional. Em linhas gerais, procurava-se iniciar os trabalhos com a discussão dos problemas educacionais considerados mais importantes. O segundo passo era procurar despertar nos educadores a preocupação com os métodos da pesquisa científica e com a necessidade de se conhecer princípios de ciências afins, como sociologia e antropologia. O último passo era discutir os benefícios e a necessidade de se estabelecer um planejamento integral da educação como forma de solução dos problemas do Ensino Primário.

Os cursos, diferentemente das pesquisas e levantamentos, eram financiados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo INEP ou pela UNESCO, contando com professores contratados, bolsas de estudos aos participantes ou licenças remuneradas para os funcionários do Estado.

Os professores que ministravam os cursos e seminários eram, em sua maioria, vinculados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Também havia os professores estrangeiros, contratados pela UNESCO, que atuaram nos Cursos de Especialistas em Educação.

De modo geral, os cursos e seminários realizados estavam relacionados às pesquisas e levantamentos que se realizavam no Centro, uma vez que o principal objeto de análise era o mesmo: o ensino primário no Estado de São Paulo.

Os seguintes cursos foram oferecidos pelo CRPE/SP no período estudado:

<i>Curso:</i>	<i>Objetivos Gerais:</i>
1. I Seminário de Professores Primários (07/01 a 04/02/1957)	Discutir com os professores os problemas considerados como mais importantes e de mais difícil solução.
2. Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina (duração de 01 ano letivo, realizado por 9 anos a partir de 1958)	Treinar especialistas em educação, nas várias áreas carentes, para o planejamento e o desenvolvimento integral da educação.
3. Curso para Delegados de Ensino (03 a 13/03/1958)	Discutir os problemas existentes no ensino primário, num contexto filosófico, político e administrativo.
4. Curso Intensivo para Inspetores	Apresentar conceitos atualizados de

Escolares (duração de 15 dias, 3 turmas ao longo do 2.º semestre de 1958)	supervisão como forma democrática de trabalho em sala de aula.
5. Cursos de Férias para o Magistério Estadual. (1960 e 1961)	Formação de professores.
6. Cursos do Serviço de Recursos Audiovisuais (a partir de 1961)	Divulgar filmes educativos e novas formas de utilização de recursos audiovisuais.

### 3.2. As pesquisas.

Segundo Fernando de Azevedo, os principais objetivos dos Centros de Pesquisas Educacionais eram “estudar as condições ambientes, promover levantamentos e realizar pesquisas para a compreensão cada vez mais nítida da estrutura e do funcionamento das instituições pedagógicas e dos diferentes meios socioculturais em que elas se inserem e a que se devem ajustar, em adaptações progressivas” (Azevedo, 1957a, p.01). Assim, através da investigação científica, buscava-se atingir uma planificação racional da ação política, com a finalidade de reestruturar a educação brasileira.

O Centro Regional paulista buscava, através de suas pesquisas e levantamentos, obter informações que caracterizassem o Ensino Primário no Estado de São Paulo. A atenção se concentrou no Ensino Primário porque esse era o nível de ensino que estava sob responsabilidade estadual e onde se pretendia iniciar o processo de renovação educacional paulista. Com o andamento das pesquisas, o campo de estudo foi se circunscrevendo à Capital do Estado, em função de restrições orçamentárias e de pessoal e da maior facilidade de acesso à população concentrada nessa cidade.

O Levantamento do Ensino Primário foi o principal trabalho desenvolvido pelo Centro no período, sendo que a maioria das outras pesquisas serviam, basicamente, para complementá-lo.

Este estudo surgiu em função da insuficiência de informações oficiais sobre a escola primária da época. Pretendia-se elaborar um plano de expansão da rede escolar primária no Estado de São Paulo, mas faltavam dados confiáveis para que isso pudesse se realizar. Também existiam planos do governo federal de se ampliar o número de anos do ensino primário, de 4 para 6 anos, e havia a necessidade de se verificar a viabilidade desse projeto nas condições existentes no momento.

As estatísticas oficiais do Departamento de Estatística (DEESP) e da Secretaria da Educação do Estado não eram consideradas suficientes ou confiáveis, fato que se confirmou com a comparação dessas estatísticas com alguns resultados do Levantamento realizado pelo Centro.

As seguintes pesquisas foram iniciadas no período de 1956 a 1961:

<i>Início:</i>	<i>Nome e Objetivos Gerais:</i>
1956	<u>Levantamento do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo.</u> Conhecer a qualificação profissional e as condições de trabalho dos professores e diretores. Conhecer suas opiniões sobre as deficiências e dificuldades desse nível de ensino. Conhecer a matrícula, aprovação, reprovação e evasão escolar de 1952 a 1956.
1957	<u>Levantamento do Ensino Primário do Estado de São Paulo.</u> Determinar os aspectos positivos e as deficiências da escola. Obter uma visão global de algumas condições gerais do ensino primário no Estado de S. Paulo.
1957	<u>Ficha de Observação de Alunos.</u> Aumentar a compreensão que o professor tem de sua classe, através da percepção do tipo de personalidade dos alunos. Estabelecer elementos que permitam um programa de orientação individualizada dentro da sala de aula.
1957	<u>Escalas de Escolaridade.</u> Elaborar instrumentos que forneçam informações sobre o grau de conhecimento que o aluno tem das diversas matérias lecionadas.
1957	<u>Associações de “nissei” em São Paulo.</u> Compreender a importância e a atuação das associações juvenis no processo aculturativo.
1958 e 1960	<u>Estudos sobre estatísticas educacionais.</u> Verificar a utilidade e a confiabilidade das estatísticas educacionais existentes na época.
1958	<u>Levantamento sobre o Inspetor Escolar no Estado de São Paulo.</u> Obter a caracterização do Inspetor e suas opiniões sobre alguns problemas do ensino primário.
1958	<u>Planejamento da expansão da rede escolar primária de Presidente Prudente.</u> Levantamento das escolas existentes e da população em idade escolar.
1959	<u>Estudo sobre a promoção automática na escola primária.</u> Relatar uma experiência de planejamento e condução do sistema de promoção automática na escola experimental mantida pela Secretaria da Educação.
1959	<u>Estudo piloto de uma escola secundária.</u> Adoção de novas técnicas pedagógicas em uma Escola Normal.
1959	<u>Estudo sobre o rendimento na solução de problemas aritméticos.</u> Estabelecer critérios de redação e apresentação de problemas aritméticos através do estudo da importância que o grau de familiaridade com as situações apresentadas pode ter na solução desses problemas.
1959	<u>Estudo sobre o vocabulário da criança na escola primária.</u> Determinar as palavras mais frequentes, tanto na linguagem escrita como na falada, para construção de testes de leitura.
1959	<u>Análise de conteúdo dos livros de leitura.</u> Verificar se os textos dos livros de leitura despertavam o interesse do aluno pela leitura e forneciam um conhecimento da realidade social.
1960	<u>Estudo sobre os efeitos de alterações na forma de apresentação de problemas aritméticos na escola primária.</u> Verificar se a unidade entre os problemas e a sua ordem de apresentação

	exercem influência sobre a solução desses problemas.
1961	<u>Levantamento da rede escolar da cidade de São Paulo.</u> Conhecer o número de escolas existentes e estudar a possibilidade de extensão da escolaridade.
1961	<u>Política e Expansão da Rede Escolar do Estado de São Paulo.</u> Verificação da racionalidade existente no processo de expansão da rede escolar do Estado.
1961	<u>Ocupação dos pais dos candidatos às escolas industriais em São Paulo.</u> Caracterização sócio-econômica dos candidatos das escolas industriais.
1961	<u>Colaboração na “Campanha pela instrução primária na cidade de Santos”</u> Definir as variáveis do fenômeno de evasão escolar.

#### 4. Principais temas discutidos no CRPE/SP, no período de 1956 a 1961.

O Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros ocorreu no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo em setembro de 1959. A partir do material referente ao Simpósio divulgado pela Série *Estudos e Documentos* (publicação do CRPE/SP) e dos artigos divulgados nas revistas *Pesquisa e Planejamento e Educação e Ciências Sociais*, de 1956 a 1961, foi possível selecionar os temas discutidos com maior frequência e que refletem as principais preocupações dos intelectuais envolvidos com as atividades do Centro nesse período.

##### 4.1. Educação e Ciências Sociais.

O tema *Educação e Ciências Sociais* servia de pressuposto à própria idéia de criação dos Centros de Pesquisas Educacionais e estava presente nos pronunciamentos e trabalhos publicados pelos principais intelectuais envolvidos nesse projeto.

No discurso proferido na inauguração do Centro Regional paulista, Fernando de Azevedo afirmou:

*“Entre as idéias segundo as quais se orientou o planejamento geral dos Centros, uma das de maior alcance científico e prático, de uma parte, e por outra, das mais caras a sociólogos e antropólogos é a íntima colaboração das ciências sociais e das ciências educacionais. Sempre me pareceu da mais alta importância para a educação, aproximar dela e fazer para ela convergirem as ciências sociais, destinadas a examinar os seus problemas de um novo ângulo e a fecundar esse campo, em que as idéias e doutrinas, a organização das escolas e dos sistemas educacionais, as técnicas pedagógicas e o próprio tipo de relação entre mestres e discípulos não se podem compreender e explicar senão em face e à luz das estruturas econômicas, sociais e políticas”* (Azevedo, 1957b, p.10).

Anísio Teixeira, na Conferência de encerramento do I Seminário de Professores Primário, intitulada “Ciência e Arte de Educar”, também destacou a importância do trabalho conjunto de educadores e cientistas sociais:

*“A originalidade dos Centros está em sublinhar especialmente essa nova relação entre o cientista social e o educador. Até ontem, o educador julgava dispor de uma ciência autônoma, por meio da qual iria criar simultaneamente um conhecimento educacional e uma arte educacional. E o cientista social estudava outros problemas e nada tinha diretamente a ver com a educação. Quando resolvia cooperar com o educador, despiá-se de sua qualidade de cientista e se fazia também educador. Os Centros vêm tentar associá-los em uma obra conjunta, porém com uma perfeita distinção de campos de ação. O sociólogo, o antropólogo e o psicólogo social não são sociólogos educacionais, ou antropólogos educacionais ou psicólogos educacionais, mas eles mesmos estudando problemas de sua especialidade, embora originários das ‘práticas educacionais’”.* (Teixeira, 1957, p.79-80).

Discutindo esta questão, Florestan Fernandes destacou as dificuldades que seriam enfrentadas, tanto por educadores, quanto por cientistas sociais, em um trabalho interdisciplinar:

*“A preparação científica dos educadores resente-se de seu caráter predominantemente informativo e livresco. Em regra, falta-lhes o domínio autêntico do ponto de vista científico. (...) A experiência dos cientistas sociais, na área da educação, nasce dos centros de interesses impostos por eventuais investigações sobre as condições e os efeitos psico-sociais ou sócio-culturais de atividades educacionais. Ao contrário do educador, sua capacidade de situar os problemas educacionais em ângulos práticos é muito pobre”* (Fernandes, 1967, p.19).

De modo geral, as discussões a respeito da necessidade de colaboração entre a Educação e as Ciências Sociais baseavam-se em dois pontos principais: a escola é uma instituição social e somente pode ter seus problemas entendidos através da análise de sua inter-relação com o meio social em que está inserida; e, os problemas educacionais do Brasil, em geral, e do Estado de São Paulo, em particular, somente poderiam ser tratados objetivamente através de pesquisas científicas resultantes da interação de educadores e cientistas sociais que, utilizando-se dos recursos próprios de suas formações, colaborariam mutuamente para a elaboração de uma nova política educacional, no âmbito regional ou nacional.

#### 4.2. Desenvolvimento Sócio-Econômico, Mudança Cultural e Educação.

Diversos intelectuais vinculados ao Centro apontavam que o sistema educacional não atendia às necessidades do desenvolvimento econômico e social brasileiro, gerando

problemas, tanto na esfera do desenvolvimento de nossa capacidade produtiva, quanto no que se refere à sua capacidade de atuação enquanto fator racional de mudança.

As discussões a respeito do papel da educação como fator de mudança social surgem nos trabalhos de intelectuais como Fernando de Azevedo (1968), Florestan Fernandes (1967), Luiz Pereira (1968), Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1968) que, especialmente nos trabalhos apresentados no Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros deixaram claros seus pontos de vista a respeito desse assunto. Há um consenso de que a educação, por si só, não tem o poder de mudar a sociedade. A educação institucionalizada tem um papel caracteristicamente conservador. Entretanto, a escola está inserida em um contexto social que, na época, especialmente em São Paulo, passava por diversas mudanças, no sentido da urbanização e da industrialização. Caberia ao educador elaborar um tipo de educação que servisse ao processo global de transformação de toda a estrutura sócio-econômica – de base agrária para a capitalista – em um contexto democrático.

Os problemas educacionais brasileiros são vistos como sendo não estritamente pedagógicos, mas sobretudo sociais. Portanto, como a solução para esses problemas não depende apenas de reformas escolares, os educadores deveriam assumir suas responsabilidades e posições extrapedagógicas em relação à sociedade.

#### 4.3. Planejamento Educacional.

A questão do Planejamento Educacional estava diretamente relacionada à necessidade de elaboração de uma nova política educacional brasileira, que deveria estar fundada em bases científicas.

Anísio Teixeira, em discurso proferido na abertura do Curso para Formação de Especialistas em Educação, realizado no Centro Regional de São Paulo, defendeu a idéia de que, com a democratização do ensino, o planejamento educacional tornou-se indispensável:

*“Não podemos selecionar os alunos. Temos que educar a todos. Não podemos selecionar os mestres. Temos de escolhê-los em camadas cada vez mais comuns. Com alunos comuns e mestres comuns, cresceram as necessidades de planejamento, as necessidades de supervisão e as necessidades de administração”.* (Teixeira, 1958, p.06)

Renato Jardim Moreira (1967), diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do CRPE/SP, foi o intelectual de maior destaque na defesa da necessidade de elaboração de levantamentos científicos que servissem de base à planificação da

educação em São Paulo. Para ele, a investigação social, para atingir seus objetivos práticos, deveria estar comprometida com o planejamento da ação política. O instrumento indicado para obtenção dos dados necessários seria o levantamento que, num contexto de um programa de pesquisas integradas, atenderia à administração escolar e às necessidades das pesquisas científicas.

Renato Jardim Moreira também defendeu a necessidade de elaboração de um “planejamento integral da educação” brasileira:

*“A intervenção, para ser bem sucedida, deve ser orientada por um planejamento integral da realidade educacional. Na falta deste, não há dúvida que se pode pensar, para efeitos executivos imediatos, em planejamentos parciais, que se refiram a determinados campos e problemas. A longo termo, à medida que se for definindo o planejamento integral, os planejamentos parciais irão se tornando mais dependentes do geral, até passarem a corresponder efetivamente às suas diferentes partes. Por assim dizer, os planejamentos parciais fluirão no planejamento integral, que só poderá ser estabelecido a partir dos resultados de levantamentos e de pesquisas”.* (Moreira, 1960, p.08)

#### 4.4. A tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A tramitação da LDBEN no Congresso Nacional foi um tema bastante discutido pelos pesquisadores do CRPE/SP. Cabe lembrar que o Manifesto “Mais uma Vez Convocados”, de 1959, foi redigido por Fernando de Azevedo, Diretor do Centro paulista. Um dos pontos mais comentados neste debate foi a crítica à proposta de que o Estado subsidiasse as escolas privadas. Os educadores não defendiam o tão comentado “monopólio estatal da educação”, mas acreditavam que a inversão de verbas públicas apenas para escolas públicas e a fiscalização estatal de todas as escolas eram princípios democráticos que deveriam ser respeitados.

Em relação à discussão deste tema, destaca-se a participação de intelectuais paulistas, sobretudo aqueles vinculados à Faculdade de Filosofia da USP. O grupo liderado por Florestan Fernandes teve uma atuação importante em diversas frentes, contribuindo para o debate educacional através de conferências, palestras e atos públicos.

#### 5. Considerações finais.

O resumo das principais atividades desenvolvidas no CRPE/SP e temas discutidos por intelectuais que dele participaram, no período de 1956 a 1961, procurou sistematizar as informações obtidas através da pesquisa documental realizada sobre as fontes primárias disponíveis: Relatórios Anuais de Atividades e boletins publicados pelo

Centro Brasileiro (revista *Educação e Ciências Sociais*) e Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (revista *Pesquisa e Planejamento*), além dos documentos disponibilizados pelos arquivos do Centro de Memória da Educação (FE/USP), Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV/RJ) e Arquivo Histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/DF).

Nesta parte final, procuro destacar alguns trabalhos produzidos a respeito dessas atividades e idéias do Centro que destacam o seu caráter “sociologizante”.

A expressão “sociologização do pensamento pedagógico brasileiro” foi utilizada por Luiz Pereira em um trabalho, de 1962, intitulado “Nota crítica sobre o pensamento pedagógico brasileiro”, no qual é feita uma análise de alguns componentes típicos da reflexão pedagógica produzida por educadores e cientistas sociais brasileiros naquele momento. Para o autor, vivia-se um momento de “sociologização” do pensamento pedagógico brasileiro, isto é, o fortalecimento do estilo de pensamento pedagógico dos cientistas sociais em detrimento do estilo de pensamento pedagógico dos educadores. Os cientistas sociais tenderiam a evidenciar as dimensões socializadoras das instituições e dos processo não-escolares, além de evidenciar os condicionantes extra-escolares da estrutura e do funcionamento das instituições escolares.

Comentando a respeito da pesquisa educacional que era feita no Brasil, de 1956 a 1964, Aparecida Joly Gouveia (1971) afirma que houve um deslocamento da ênfase predominantemente psicopedagógica para estudos de natureza sociológica a respeito dos problemas educacionais, com a produção de monografias e *surveys* em que o foco de atenção passa a ser as relações entre a escola e aspectos da sociedade local, regional ou nacional. Carlos Benedito Martins (1992) e Mariza Corrêa (1987) são autores que também destacam a participação de sociólogos e antropólogos em pesquisas sobre o sistema escolar, na década de 50. Para Luiz Antônio Cunha (1992), Anísio Teixeira conseguiu, nos anos 50, criar condições para uma importante produção sociológica sobre a educação. Marcos Cezar de Freitas (2000) também destaca que, nessa época, os intelectuais discutiam a configuração de um campo próprio para a pesquisa educacional, no qual as ciências sociais atuavam como “ciências fonte” do debate educacional.

Marcus Vinicius da Cunha (1991 e 1992) Libânia Nacif Xavier (1997 e 1999), tratando especificamente da produção intelectual dos Centros de Pesquisa Educacionais, destacam a predominância das ciências sociais nas análises da problemática educacional

realizadas nesses Centros. O interesse das ciências sociais pelo sistema escolar teria aberto um vasto campo para o desenvolvimento de investigações sócio-antropológicas na área educacional e servido para a legitimação das ciências sociais como instrumento de ajustamento social (XAVIER, 1997:91).

Através dos trabalhos acima citados e da descrição das atividades e idéias desenvolvidas no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo é possível dimensionar sua colaboração para a pesquisa educacional da segunda metade dos anos 50 e início da década de 60.

Se, por um lado, muitas pesquisas iniciadas pelo Centro nesse período não foram concluídas ou não tiveram continuidade, por outro lado, as idéias desenvolvidas pelos intelectuais que participaram de suas atividades desempenharam um importante papel para a pesquisa educacional que se fez no Brasil posteriormente, seja através da utilização do instrumental teórico-metodológico das ciências sociais na análise dos problemas educacional brasileiros; seja através das discussões a respeito do papel da educação em uma sociedade em mudança; ou através das discussões sobre a planificação e racionalização das atividades ligadas à educação.

Finalizando, é importante destacar que as atividades do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo também colaboraram para a formação de jovens pesquisadores que, mais tarde, desenvolveriam pesquisas na área educacional e teriam a sua trajetória intelectual marcada pela experiência e conhecimentos adquiridos através do trabalho naquela instituição. Para citar alguns nomes: Luiz Pereira, Celso Beisiegel, José Mario P. Azanha, Maria do Carmo Guedes, Haydée Roveratti, Jorge Nagle, Arakcy Martins Rodrigues, Silvia Maurer Lane, entre outros.

#### Referências Bibliográficas:

- AZEVEDO, Fernando de. Apresentação. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 01, p. 01-4, jun./1957a.
- . Inauguração do CRPE. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 01, p. 05-12, jun./1957b.
- . Educação e mudança social. *Estudos e Documentos*, São Paulo, n. 06, p. 131-51, 1968.

- CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. As exigências educacionais do processo de industrialização. *Estudos e Documentos*, São Paulo, n. 06, p. 197-235, 1968.
- CENTRO Brasileiro de Pesquisas Educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 61, p. 145-53, jan./mar. 1956.
- CORRÊA, Mariza. *História da Antropologia no Brasil: 1930-1960*, testemunhos. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1987.
- CUNHA, Luiz Antonio. A educação na sociologia: um objeto rejeitado? *Cadernos CEDES*, Campinas, n. 27, p. 09-22, 1992.
- CUNHA, Marcus Vinicius da. A educação no período Kubitschek: os Centros de Pesquisa do INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 72, n. 171, p. 175-95, maio/ago.1991.
- Indivíduo e sociedade no ideário escolanovista (Brasil: 1930-1960)*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1992. (Tese, Doutorado em Educação).
- FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966. Cap. 4: O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, p. 565-78.
- . A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada*. *Estudos e Documentos*, São Paulo, n. 05, p. 09-74, 1967.
- . Florestan Fernandes*. Brasília: INEP, 1991. (Memória viva da educação brasileira n. 1).
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Da idéia de regional no projeto do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2000. (Pós Doutorado em Educação).
- GOUVEIA, Aparecida Joly. A pesquisa educacional no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 01, p. 01-47, 1971.
- KLINEBERG, Otto. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 59, p. 118-36, jul./set. 1955.
- MAIS uma vez convocados: Manifesto ao povo e ao Governo. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 03, p. 75-106, jun./1959.
- MARTINS, Carlos Benedito. Educação e Sociologia: uma relação possível? *Cadernos CEDES*, Campinas, n. 27, p. 05-8, 1992.
- MOREIRA, Renato Jardim. Planejamento educacional para o Estado de São Paulo. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 04, p. 07-14, jun./1960.

- . A investigação social diante dos problemas educacionais brasileiros. *Estudos e Documentos*, São Paulo, n. 05, p. 105-15, 1967.
- PAOLI, Niuvenius Junqueira. *As relações entre Ciências Sociais e Educação nos anos 50/60 a partir das histórias intelectuais de quatro personagens* (Josildeth Gomes Consorte, Aparecida Joly Gouveia, Juarez Brandão Lopes e Oracy Nogueira). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1995. (Tese, Doutorado em Educação).
- PEREIRA, Luiz. Nota crítica sobre o pensamento pedagógico brasileiro. *Revista Brasiliense*, n. 43, set./out. 1962.
- . Rendimentos e deficiências do Ensino Primário brasileiro. *Estudos e Documentos*, São Paulo, n. 06, p. 11-24, 1968.
- TEIXEIRA, Anísio. Discurso de posse no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952.
- . Carta de Anísio Teixeira a Fernando de Azevedo, de 24 de outubro de 1956. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000. p.89-91.
- . Ciência e Arte de Educar. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 01, p. 67-86, jun./1957.
- . Por que especialistas em Educação? *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 07, p. 05-8, abr./1958.
- XAVIER, Libânia Nacif. A pesquisa do CBPE em revista. In: MENDONÇA, Ana Waleska e BRANDÃO, Zaia (org.). *Por que não lemos Anísio Teixeira? Uma tradição esquecida*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997. p.83-139.
- . *O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*. Bragança Paulista: IFAN/CDAP/EDUSF, 1999.